AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

APROVO.

Autorizo
Por delegação de competências, Despacho (extrato) n.º 1125-C/2021 no DR II Série n.º 18, de 27/01
Zélia Santos

Assinado de forma digital por Maria Zélia Moutinho Mendes dos Santos
Dados: 2021.03.04 13:38:41 Z

AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL - DOCUMENTUM

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I
CONDIÇÕES GERAIS

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª
Apresentação

1. A ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho, abreviadamente designada ACT, é um serviço integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com Sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 18-A.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, sendo a Segunda Contratante a entidade com a qual será assinado o contrato em questão.

Cláusula 2.ª
Objeto

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de Serviços de Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva, da Solução de Gestão Documental – Documentum, de acordo com as especificações técnicas constantes da parte II do Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato integra ainda, quando existam, os seguintes elementos:
   a) O suprimento dos erros e das omissões, do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. As divergências suscitadas pela interpretação, validade ou execução do contrato, que não puderem solucionar-se pelas regras anteriormente expostas, poderão ser objeto de tentativa de conciliação prévia a realizar entre as partes Contratantes, as quais deverão decidir, por acordo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Cláusula 4.ª
Prazo

O contrato será executado no decorrer do corrente ano, a iniciar a 01/04/2021 e com términus a 30/09/2021, com o consumo integral de 116 horas, a distribuir da seguinte forma:

Ano	Manutenção Preventiva	Manutenção Corretiva	Manutenção Evolutiva/Desenvolvimento de Software	Total (horas)
2020	8 horas	58 horas	50 horas	**116 horas**

Cláusula 5.ª
Preço

O parâmetro base para efeitos do presente procedimento é de **€6.583,33€** (seis mil quinhentos e oitenta e três euros e trinta e três cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

CAPITULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I – Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I
Disposições Gerais

Cláusula 6.ª
Obrigações do prestador de serviços

1. Apresentar proposta em resposta ao convite formulado pela ACT, no âmbito do presente Caderno de Encargos;

2. Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
3. Comunicar à ACT, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos;
4. Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
5. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
6. Comunicar à ACT qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
7. Comunicar à ACT a nomeação do gestor do contrato responsável pela gestão do contrato celebrado, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.

Cláusula 7.ª
Níveis de serviço

O prestador de serviço obriga-se a cumprir os níveis de serviço, requisitos e especificações da prestação de serviços em causa constantes da PARTE II do presente Caderno de Encargos.

Subsecção II
Dever de Sigilo

Cláusula 8.ª
Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços e todos os elementos da sua equipa de trabalho ou terceiros por si contratados devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, que venham a ter conhecimento em contacto com as atividades da ACT, ou que resultem da realização dos trabalhos, sob pena de conferir à ACT o direito de rescindir o contrato e ser indemnizada pelos danos causados.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, sem autorização prévia e expressa da ACT, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, mesmo após a cessação do contrato, salvo declaração expressa em contrário pela ACT, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.ª
Direito de inspeção

1. A ACT reserva-se o direito de fazer inspecionar por delegados ou agentes seus, em todo e qualquer tempo ou lugar, ocasional ou permanentemente, a forma como o prestador de serviços executa o objeto do contrato, podendo rejeitar em todo ou em parte aquilo que for executado incorretamente, não esteja de acordo com as disposições contratuais ou com a boa prática profissional ou técnica corrente.
2. O exercício do direito de inspeção por parte da ACT não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade do prestador de serviços no caso de posterior verificação de deficiente execução dos trabalhos contratados.

Cláusula 11.ª
Reuniões

Durante a execução do contrato poderão ser promovidas reuniões entre o prestador de serviços e a ACT ou entidades por esta designada.

Cláusula 12.ª
Marcas, patentes ou licenças

São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer encargos decorrentes de registo de marcas e patentes ou licenças, necessárias para a execução do contrato.

Secção II - Obrigações da ACT

Cláusula 13.ª
Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a ACT pagará ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de cargas fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, se estas forem legalmente devidas.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e

despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ACT, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª
Faturação e Pagamento

1. As faturas mensais, serão pagas no prazo máximo de 60 (sessenta), dias após a sua receção pela ACT.
2. Em caso de discordância por parte da ACT, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária ou outro meio de pagamento acordado entre as partes.
4. A revisão de preços depende sempre de acordo entre as partes.

Cláusula 15.ª
Gestor do Contrato

1. ACT deverá designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos previstos pelo artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos;

2. A identificação do gestor do contrato, constará do conteúdo do mesmo quando este for reduzido a escrito, conforme se prevê na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPITULO III
PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL

Cláusula 16.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento dos prazos fixados na prestação dos serviços, bem como das restantes obrigações constantes do presente cadernos de encargos, confere à ACT o direito a ser indemnizada através da aplicação de sanção pecuniária, nos termos dos números seguintes.
2. O valor da sanção pecuniária a aplicar e creditada a favor da entidade adquirente ou deduzida ao preço a pagar pelo fornecimento.
3. Em caso de incumprimento do disposto dos prazos fixados na parte II do

presente caderno de encargos, por causa imputável à entidade fornecedora, deverá ser aplicada uma sanção diária, de acordo com a seguinte fórmula:

P = V * A/365
Sendo:
P = montante da sanção;
V = valor do contrato;
A = número de dias de atraso.

Cláusula 17. ª
Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe possa ser razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
   b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
   d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
   f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª
Rescisão pelo prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido pela ACT esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos de dívida previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à ACT, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Nos casos não abrangidos pelo número anterior, antes de proceder à rescisão, e se considerar que ainda é possível sanar o motivo de incumprimento, deverá a Segunda Contratante notificar a ACT da sua intenção, dos motivos porque pretende rescindir o contrato e fixar um prazo para que a ACT proceda à reparação das condições de incumprimento, findo o qual e se se mantiver esta situação, tornar-se-á efetiva a rescisão.

CAPÍTULO IV
AJUSTES AO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

Cláusula 19.ª
Modificações objetivas do contrato

1. Durante o período de execução do contrato, a ACT poderá verificar a necessidade de, perante situações de risco não passíveis de previsão, ajustar o seu objeto na medida estritamente necessária e devidamente justificada.
2. Salvo o disposto no número anterior, todas as alterações ao contrato, bem como aditamentos que as partes pretendam efetuar, deverão constar de documento subscrito e rubricado por ambas e com forma idêntica à do contrato.

Cláusula 20.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª
Entrada em vigor

1. O contrato produz efeitos a partir do dia 01/04/2021 e termina a

30/09/2021 com o consumo total do número de horas contratadas.

2. São encargos do prestador de serviços todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 22.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contrato, constantes do contrato, deve ser comunicada a outra parte.

Cláusula 23.ª
Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471º do CCP.

Cláusula 24.ª
Casos omissos

Em tudo o omisso no contrato observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 25.ª
Foro competente

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação ou violação do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II
ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO A PRESTAR

Cláusula primeira
Características do serviço

1. O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de Serviços de Manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da Solução de Gestão Documental – Documentum, de acordo com a distribuição horária e descrição dos serviços abaixo especificados.

Ano	Manutenção Preventiva	Manutenção Corretiva	Manutenção Evolutiva/Desenvolvimento de Software	Total (horas)
2021	8 horas	58 horas	50 horas	**116 horas**

2. Os serviços técnicos a propor deverão ser enquadrados da seguinte forma:

   a) Manutenção Corretiva – neste serviço incluem-se as atividades necessárias para a correção de incidências e erros nos sistemas da ACT**:**

   1. Suporte para resolução de problemas pontuais;
   2. Suporte presencial para intervenções técnicas;
   3. Manutenção presencial do sistema base e/ou dos desenvolvimentos específicos;
   4. Manutenção remota do sistema base e/ou dos desenvolvimentos específicos;
   5. Suporte no tratamento de casos colocados pela ACT ao fabricante de software.
   6. A esta tipologia de pedidos estarão associados níveis de serviço classificados, de acordo com a gravidade em críticos, moderados e reduzidos. Os tempos de resposta associados a cada nível de serviço serão, respetivamente, de 8 horas, 2 dias e 3 dias.

   b) Manutenção Preventiva – neste serviço incluem-se as atividades que têm como objetivo evitar e/ou reduzir o aparecimento de erros e incidências no sistema:

   1. Procedimentos de diagnóstico e auditoria dos Sistemas de Informação com produção de relatórios;

2. Depuração dos módulos aplicacionais e repositórios com enfoque no desempenho geral do Sistema de Gestão Documental;
3. Controlo da Qualidade da Informação na Plataforma;
4. Apoio nas alterações de procedimentos de forma a otimizar e melhorar a performance do sistema.
5. A realização destas atividades será procedida da entrega de um relatório e ocorrerá duas vezes por ano, mediante agendamento prévio de ambas as partes.

c) Manutenção Evolutiva/Desenvolvimento de Software – neste serviço incluem-se as atividades onde é assegurada a evolução do sistema, na ótica funcional e técnica, de forma a garantir o acompanhamento de necessidades operacionais e dos utilizadores do sistema:

1. Introdução de melhorias nas funcionalidades existentes, com vista a uma melhor adequação às necessidades dos utilizadores;
2. Implementação ou alteração de funcionalidades impostas por fatores externos (ex.: mudanças da legislação) ou internos (ex.: mudanças de processos, organizativas ou de outros sistemas);
3. Introdução de novas funcionalidades;
4. Acompanhamento da equipa interna da ACT no desenvolvimento do sistema existente.
5. A realização destas intervenções será agendada em função de prioridades definidas pela ACT.

Cláusula segunda
Características do serviço de manutenção

1. Os serviços de manutenção serão prestados de acordo com os seguintes requisitos:

a) **Forma de contacto:** no início do contracto, serão disponibilizados os contactos para a receção dos pedidos de suporte. Apenas os responsáveis da ACT previamente indicados é que poderão despoletar pedidos de suporte. Os pedidos poderão ser por telefone, mas deverão ser preferencialmente enviados por email;

b) **Horário de prestação dos serviços de assistência técnica**: os serviços de assistência técnica serão prestados nos dias úteis entre as 9:00 e as 18:00. Extraordinariamente, e de comum acordo, os serviços de assistência técnica poderão ser realizados noutro horário;

c) **Acesso ao sistema:** para efeitos do cumprimento dos serviços objeto da presente informação será permitido acesso via VPN, aos

sistemas de Gestão Documental que fazem parte do âmbito do contrato, dado que este tipo de acesso permite tempos de resposta mais curtos, garantido assim critérios de eficácia de eficiência no cumprimento dos serviços atrás referidos.

Cláusula terceira
Local da execução dos trabalhos

1. O Local de execução dos trabalhos será a Praça de Alvalade, 1, em Lisboa, em horário normal de expediente.
2. Das 116 horas anuais, prevemos que 100 sejam em regime remoto e 16 em regime presencial.
3. Os serviços serão prestados maioritariamente remotamente, salvaguardando-se a prestação presencial nas situações em que se verifique a entrada em produção de peças de software que, pela sua criticidade, e grau de impacto no sistema, requeiram a presença na ACT dos recursos da empresa prestadora de serviços.

Cláusula quarta
Outras características

1. Após resolução das anomalias, a documentação da resolução deve ser comunicada, por meio escrito arquivável, integralmente aos técnicos da DSI, de forma a garantir que a passagem de conhecimento é efetuada. A ausência de entrega desta comunicação deve ser registada como uma quebra contratual e implicar a possível rescisão do mesmo.
2. Previamente à resolução da anomalia, pela parte contratada, ao abrigo do procedimento proposto em apreço, deverá ser sempre previamente validada pela DSI no que refere à duração da execução de cada tarefa, assegurando desta forma uma eficaz gestão contratual.

Cláusula quinta
Forma de apresentação das propostas

A proposta a apresentar deve prever um volume de horas com vários níveis de serviço e tipologia de respostas (remota, presencial), bem como os consumos mínimos de horas que cada intervenção implica.